



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

**Processo:** 00418971020198172001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELIAS BARROS DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

A parte autora requereu administrativamente indenização à ré, sendo realizada pericia a qual apurou lesão no membro inferior esquerdo com repercussão residual (10%), efetuando o pagamento no valor de R\$945,00:

**PARECER DE ANÁLISE MÉDICA****DADOS DO SINISTRO****Número:** 3180532975**Cidade:** Recife**Natureza:** Invalidez Permanente**Vítima:** ELIAS BARROS DA SILVA**Data do acidente:** 14/12/2016**Seguradora:** MAPFRE VIDA S/A**PARECER****Diagnóstico:** Fratura da tibia esquerda.**Descrição do exame físico:** Vítima com limitação funcional do membro inferior esquerdo associada a deformidade da perna e enxerto de pele no local com déficit de força de grau residual.**Resultados terapêuticos:** Submetido a tratamento cirúrgico da fratura da tibia esquerda (fixador externo).  
Realizou fisioterapia.  
Recebeu alta médica em 10/2018.**Sequelas permanentes:** Limitação funcional residual do membro inferior esquerdo.**Sequelas:** Com sequela**Data do exame físico:** 31/01/2019**Conduta mantida:****Observações:** Vítima após término do tratamento, com quadro de restrição sequelar da mobilidade do membro inferior esquerdo.**DANOS**

| <b>DANOS CORPORAIS COMPROVADOS</b>                    | <b>Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)</b> | <b>Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)</b> | <b>% Apurado</b> | <b>Indenização pelo dano</b> |
|---|---|---|------------------|------------------------------|
| Perda funcional completa de um dos membros inferiores | 70 %  | Em grau residual - 10 %                                     | 7%               | R\$ 945,00                   |
| <b>Total</b>  |   |   | <b>7 %</b>       | <b>R\$ 945,00</b>            |

Após o deferimento da produção de perícia judicial médica, foi elaborado laudo pericial apurando as mesmas lesões antes detectadas pela ré em sede administrativa, todavia, agora com repercussão maior.

O ilustre perito afirma que a parte autora possui lesão no membro inferior esquerdo com repercussão média (50%).

Ressalta-se a discrepância entre as avaliações médicas. Administrativamente, foi apurada lesão no membro superior direito com repercussão residual (10%) e no presente laudo judicial a lesão com repercussão média (50%), uma diferença gradual de 40%.

Desta forma não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Outrossim, na hipótese de condenação, salienta a ré que o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 6 de maio de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**